

# Comunidades Portuguesas

## *Teoria, Políticas e Programas (1910-2020)*



Maria Sousa Galito, setembro 2021

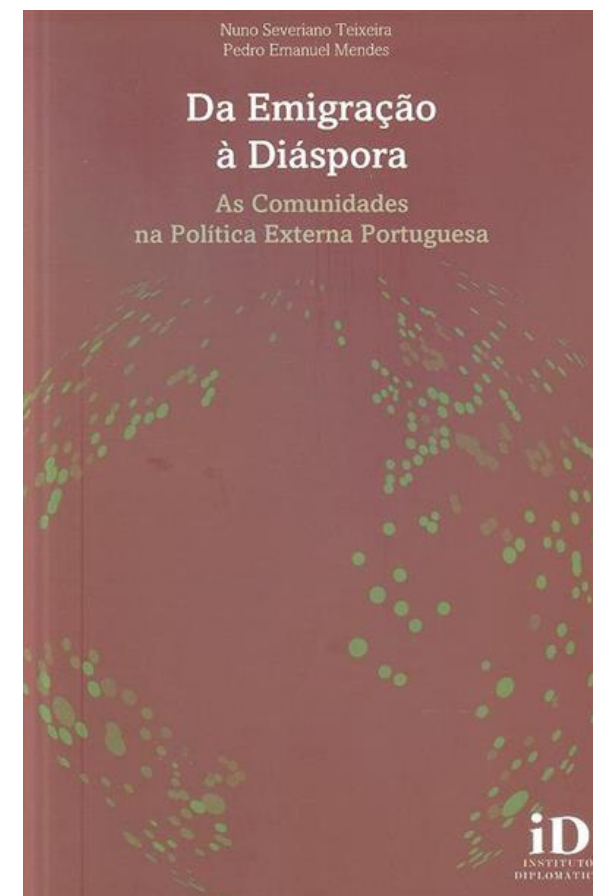
# Índice

---

- Teorias da Emigração
- Políticas da Emigração
- Fases Migratórias da República portuguesa
- Política das Comunidades (1974-2020)
- Eixos de Política Externa
- Secretários de Estado (1975-1987)
- Secretários de Estado (1987-2011)
- Secretários de Estado (2011-2020)

Principal fonte de informação:

Severiano Teixeira, Nuno e Mendes, Pedro Emanuel (2020). *Da Emigração à Diáspora – As Comunidades na Política Externa Portuguesa*. Lisboa: Instituto Diplomático.



# Teorias da Emigração

## Lei da Emigração de E. G. Ravenstein (1885)

- Visão económica neoclássica (popular em Portugal até ao 25 de abril 1974).
- Dualidade Litoral/Interior e Ambiente urbano/rural
- Fatores de *Push and Pull*
  - *Push*: razões que forçam as pessoas a emigrar
    - *Desemprego*
    - *Fome e miséria*
    - *Guerra*
    - *Perseguição política ou religiosa*
  - *Pull*: razões que encorajam as pessoas a emigrar
    - *À procura de melhor emprego*
    - *Melhor educação*
    - *Melhores serviços de saúde e segurança social*
    - *Melhores condições de vida*



# Teorias da Emigração

Vivemos Era das Migrações (S. Castles and M. J. Miller, 2009)

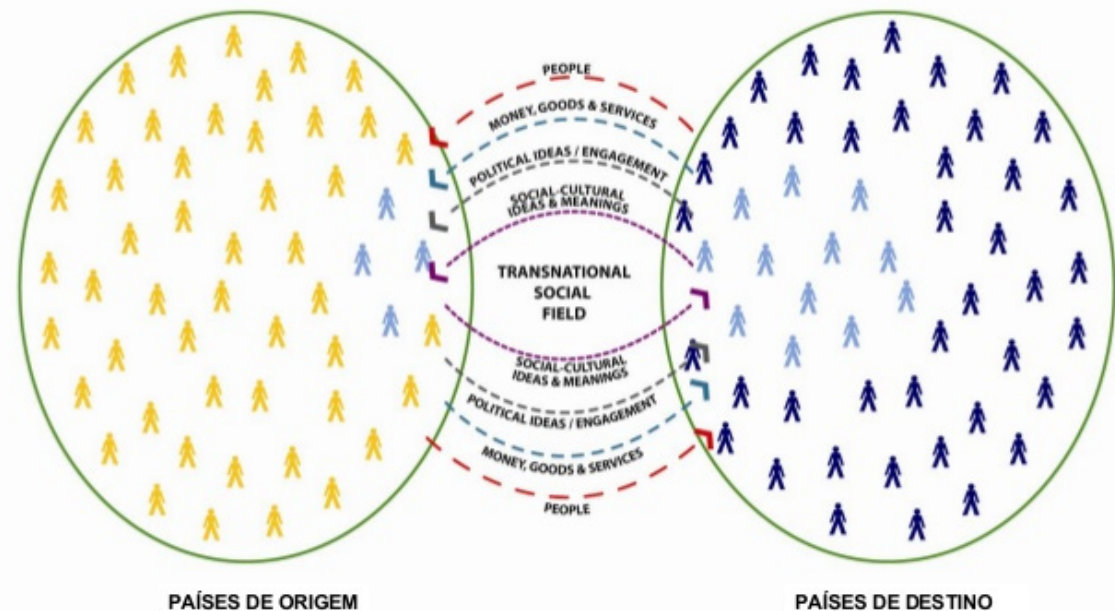
A migração internacional

- aumentou exponencialmente, globalizou-se, diversificou-se e politizou-se
- enquanto estratégia de promoção do nível e estilo de vida das populações
- Resulta de processos interligados ao transnacionalismo económico (que envolve a reorganização global do processo de produção e procura facilitar a mobilidade de pessoas, capitais e mercadorias).

Teixeira e Mendes, 2020: 21-22

## O Que é o “Transnacionalismo”?

▪ Engajamento regular, frequente em atividades econômicas, políticas, e sócio-culturais nos dois países:





Os Emigrantes (Domingos Rebelo (1926) Museu Carlos Machado

## Políticas de Emigração vs. *Políticas da Diáspora*

**Políticas da Emigração:** ligadas aos fluxos de mobilidade migratória extranacionais e centram-se na população que deixa o território nacional, independentemente do período em que estão ausentes da pátria.

Teixeira e Mendes, 2020: 26-28

**Políticas da Diáspora:** dirigem-se aos emigrantes que permanecem e se integram nas sociedades de destino por longos períodos e de forma relativamente permanente.

- políticas de compromisso ou mecanismos de relacionamento com a diáspora
- iniciativas governamentais que os *Estados de Origem* implementam para mobilizar as diásporas em defesa de agendas e interesses nacionais;
- ideias e práticas do governo interligadas com iniciativas da sociedade civil, dirigidas a cidadãos nacionais e, sobretudo, aos seus descendentes nos territórios de destino.

# Políticas de Emigração vs. Políticas da Diáspora

- **Políticas de Emigração:** tradicional distinção entre território interno e externo com fronteiras políticas bem definidas.
  - Emigração: os que saíram e pagam impostos no exterior. Remessas (oportunismo pragmático do Estado)
  - Enfoque nas relações entre Estados.
  - Realismo Político (Henry Kissinger, *Diplomacia*, 1994)
  - Projeção de poder além-fronteiras – Política expansionista do Estado
- **Políticas da Diáspora:** opera num contexto de globalização e transnacionalismo; de mobilidade de pessoas, capitais e mercadorias.
  - Diáspora: cidadãos que enviam remessas, que compram os nossos produtos, querem votar e investir no nosso país. Trabalhar em rede
  - Neoliberalismo: relações internacionais com múltiplos agentes num contexto de interdependência complexa entre mercados (Robert Keohane e Joseph Nye, *Poder e Interdependência*, 1977).
  - Idealismo Político (Presidente EUA Woodrow Wilson, 1918; e Kant, *Paz Perpétua*, 1795)



# Diplomacia da Diáspora

- **Soft Power:** capacidade de alcançar objetivos por meio da influência ao invés de pela coerção.
- **Diplomacia Pública:** atividade diplomática junto de atores não estatais. Consiste em informar, comunicar e interagir com a sociedade civil: comunicação social, acadêmicos, empresários, público em geral.
- **Diplomacia Consular:** serviços consulares de apoio aos emigrantes.
- **Diplomacia Cultural:** ensino da língua e apoio a dinâmicas culturais no país de acolhimento.

Diplomacia da Diáspora tem origem na Diplomacia Consular e Cultural, cruza-se com a Diplomacia Pública

Teixeira e Mendes, 2020: 26-28



# República Portuguesa – Fases Migratórias

## I República (1910-1928)

- 1910-1912: aumento massivo da emigração, resultado da conflitualidade política e social
- Depois os fluxos diminuíram com políticas de controlo da emigração e I Guerra Mundial.

Teixeira e Mendes, 2020: 34-39

## Estado Novo – 3 Fases da Política de Emigração (Maria Baganha, 2003):

- 1933-1946: emigração fortemente controlada num contexto de política de fomento rural
- 1947-1964: emigração controlada num contexto de política de industrialização.
  - 1947: Criação da **Junta de Emigração**:
    - Tutela do Ministério dos Negócios Estrangeiros e do Ministério da Administração Interna
    - Principal organismo do Estado a regular a emigração portuguesa até ao 25 de abril 1974.
  - Anos 50: Tratados bilaterais com continente americano: EUA e Canadá, Brasil e Venezuela
  - Anos 60: aumento exponencial de emigração clandestina (fugir à guerra e miséria).
  - 1962: decreto 44171 sobre “princípio de livre entrada dos cidadãos portugueses em qualquer parte do território nacional”, em especial colónias portuguesas africanas.
- 1964-1974: mudanças na política migratória portuguesa
  - Resolução Conselho de Ministros (14-07-1965): “política de liberalização gradual e cautelosa”
  - Descriminalização da emigração ilegal
  - Anos 70: Acordos com países europeus, mormente a Holanda, França e a Alemanha.

Entre 1933-1974, saíram de Portugal cerca de 1,98 milhões de pessoas).



Recomenda-se a leitura: GALVANESE, Marina Simões (2013). “A Junta da Emigração: Os discursos sobre a emigração e os emigrantes no Estado Novo do Pós-Guerra (1947-1970)”. Universidade de Coimbra, Dissertação de Mestrado em História, pp. 1-167.



# Política das Comunidades. *Origem*



- 1956: IV Congresso da União Nacional (maio); primeira alusão sistemática à necessidade de incorporar os “núcleos portugueses no estrangeiro” num plano de atuação da política externa.
- 1964: I Congresso das Comunidades de Cultura Portuguesa (Guimarães, dez.)
- 1967: II CCCP (Moçambique, julho).
- 1969-1974: políticas públicas de Marcelo Caetano – Marcelismo “trouxe um ímpeto reformador também no que toca à política da emigração”
  - 1972: inauguração do Secretariado Nacional da Emigração, quando passou a ter nova sede, e autonomia administrativa e financeira).
    - Decreto 16/72, 1972-01-12
    - Foram criadas delegações do SNE em Paris, Lyon, Marselha, Luxemburgo, Hamburgo, Düsseldorf, Frankfurt e Estugarda.
    - Correio do Secretariado: boletim mensal com dados sobre emigração
    - 1º levantamento sistemático da rede de instituições portuguesas da sociedade civil espalhadas pelo mundo (associações, missões,...)

## Remessas de emigrantes:

- 1950: 2% do PIB
- 1960: 4% do PIB
- 1970: 8% do PIB

Teixeira e Mendes, 2020: 34

- **Brasil:** até 1949 representava 80% do fluxo migratório português.
- **Europa ocidental:** 75% destino da emigração portuguesa a partir da década de 60.

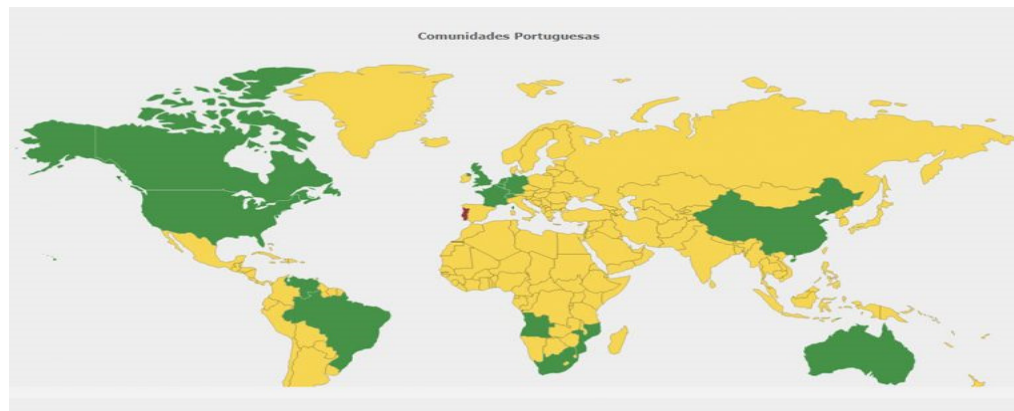
Teixeira e Mendes, 2020: 42

# Eixos de Política Externa



1	Luís Moita
2	Rui Machete
3	José Sérvulo Correia
4	João Vieira Lima
5	Paulo Ennes
6	Mário Viçoso Neves
7	Maria Manuela Aguiar
8	José Gago Vitorino
9	Manuel Correia de Jesus
10	Luís de Sousa Macedo
11	José Lello
12	João Rui Almeida
13	José Cesário
14	Carlos Gonçalves
15	António Braga
16	José Luís Carneiro
17	Berta Nunes

Lista de Secretários de Estado da Emigração ou das Comunidades Portuguesas da III República



## Política Externa e das Comunidades (1974-2020)

Teixeira e Mendes, 2020: 169

<b>Fase 1: Ciclo do Reconhecimento, Igualdade e Integração Social</b>	<b>Fase 2: Ciclo da Europeização, Reencontro e Modernização Institucional</b>	<b>Fase 3: Ciclo da Valorização, Capacitação e Institucionalização Pública das Comunidades</b>
1974-1986	1987-2000	2012-2019
Enfoque Simbólico	Enfoque Institucional	Enfoque Económico
Enfoque Laboral	Enfoque Associativo	Enfoque Público/redes
Enfoque Social e Político	Enfoque Cultural	Enfoque Identitário

## Ideias e Práticas da Política das Comunidades em Portugal (1974-2019)

Dimensões	Ideias	Práticas
Simbólica e Identitária	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Discurso político de reconhecimento e valorização da diáspora</li> <li>• Inclusão da diáspora no calendário nacional de celebrações</li> <li>• Portugal Nação Global de 5 milhões de portugueses dispersos</li> <li>• Diáspora especial. Ecumenismo português</li> <li>• Realização de congressos</li> <li>• Informação e Comunicação Social</li> <li>• Promoção da História, Cultura e Língua.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dia de Portugal e das Comunidades (1977-)</li> <li>• RTP Internacional (1992-)</li> <li>• Congresso Mundial das Comunidades Portuguesas (1979)</li> <li>• Congresso Mundial das Redes da Diáspora (2019)</li> <li>• Eventos/ Prémios Culturais</li> <li>• Recuperação do património/ Mecenato Cultural (Brasil)</li> </ul>
Institucional (criação e modernização burocrática)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Expansão e modernização da rede consular</li> <li>• Financiamento de estudos e relatórios de identificação estatística; de história Institucional; e de análises sociológicas, históricas e politológicas</li> <li>• Criação de uma pasta e programa político para a diáspora</li> <li>• Expansão da problemática das comunidades a outras pastas ministeriais</li> <li>• Financiamento de Centros Culturais e Associações</li> <li>• Criação de escolas e programas educacionais de cultura/língua</li> <li>• Criação de órgãos consultivos e de aconselhamento</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação da Secretaria de Estado da Emigração em 1975</li> <li>• Criação da SE Comunidades Portuguesas em 1980</li> <li>• Criação do Conselho das Comunidades Portuguesas 1980</li> <li>• Criação da Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades – DGACCP 1994</li> <li>• Programas de Cooperação transversal com vários Ministérios (Educação, Economia, Ciência, etc.)</li> <li>• Criação de Lojas do Cidadão das comunidades</li> <li>• Cooperação com o Instituto Camões/ atual Camões – Instituto da Cooperação e da Língua</li> </ul>

Teixeira e Mendes, 2020: 186

## Ideias e Práticas da Política das Comunidades em Portugal (1974-2019)

Dimensões	Ideias	Práticas
Cidadania e Representação Política	<p>Direitos civis e sociais</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Direito de mobilidade obrigatória</li> <li>• Direitos laborais e sociais bilaterais</li> <li>• Extensão de direitos de segurança social e educação</li> <li>• Direitos de propriedade</li> </ul> <p>Direitos políticos</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Nacionalidade/ dupla Nacionalidade</li> <li>• Capacidade eleitoral</li> <li>• Representação política</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Constituição Portuguesa (1976-)</li> <li>• Convenções Bilaterais (1960-1974)</li> <li>• Comunidade Económica Europeia (CEE), atual União Europeia</li> <li>• Lei da Nacionalidade (1981-)</li> <li>• Eleições Legislativas/ 2 círculos eleitorais representativos (1977); Europeias (1987-2005); Presidenciais (1997)</li> <li>• Universalização do direito de voto (2018-2019)</li> </ul>
Valorização Social e Capacitação Económica (agentes do Desenvolvimento)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Facilitação das Remessas</li> <li>• Bolsas</li> <li>• Redes especializadas</li> <li>• Serviços de investimento</li> <li>• Produtos financeiros</li> <li>• Promoção de lobby e participação política e social</li> <li>• Promoção de investimentos e redes de comércio internacional</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Programas VEM e Regressar</li> <li>• Regime Fiscal para o Regime dos Residentes não Habituais</li> <li>• Gabinete de Apoio ao Investidor da Diáspora (GAID)</li> <li>• Encontros dos Investidores da Diáspora</li> <li>• Conselho da Diáspora Portuguesa (CDP 2012)</li> <li>• Articulação com a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP)</li> <li>• Contas emigrante</li> </ul>

Teixeira e Mendes, 2020: 186

Secretário de Estado	Secretaria de Estado	Mandato	Governo	Primeiro-Ministro
Luís Moita	SE da Emigração	20-08-1975 a 12-09-1975	V Governo provisório	Vasco Gonçalves
Rui Machete	SE da Emigração	26-09-1975 a 02-01-1976	VI Governo Provisório	José Pinheiro de Azevedo
José Sérvulo Correia	SE da Emigração	14-01-1976 a 22-07-1976	VI Governo Provisório	José Pinheiro de Azevedo
João Vieira Lima	SE da Emigração	28-07-1976 a 07-12-1977	I Governo Constitucional	Mário Soares
João Vieira Lima	SE dos Negócios Estrangeiros e da Emigração	06-02-1978 a 07-09-1978	II Governo Constitucional	Mário Soares
Paulo Ennes	SE dos Negócios Estrangeiros e da Emigração	07-09-1978 a 15-09-1978 29-11-1978 a 11-06-1979	III Governo Constitucional IV Governo Constitucional	III: Alfredo Nobre da Costa; IV: Carlos Mota Pinto
Mário Viçoso Neves	SE da Emigração	23-08-1979 a 27-12-1979	V Governo Constitucional	M <sup>a</sup> Lurdes Pintassilgo
Maria Manuela Aguiar	SE da Emigração e das Comunidades Portuguesas	10-01-1980 a 09-12-1980	VI Governo Constitucional	Diogo Freitas do Amaral
Maria Manuela Aguiar	SE da Emigração e das Comunidades Portuguesas	12-01-1981 a 14-08-1981	VII Governo Constitucional	Francisco Pinto Balsemão
José Gago Vitorino	SE da Emigração e das Comunidades Portuguesas	08-09-1981 a 09-06-1982	VIII Governo Constitucional	Francisco Pinto Balsemão
Maria Manuela Aguiar	SE da Emigração	18-06-1983 a 06-11-1985	IX Governo Constitucional	Mário Soares
Maria Manuela Aguiar	SE das Comunidades Portuguesas	08-11-1985 a 17-08-1987	X Governo Constitucional	Aníbal Cavaco Silva

## Secretários de Estado (1975-1987)

**Fase 1:**  
Ciclo do Reconhecimento, Igualdade e Integração Social

## Fase 1: Ciclo do Reconhecimento, Igualdade e Integração Social



Selo Comemorativo, 1977



Medalha de Bronze, 1982



Medalha de Bronze, 1983



Medalha de Bronze, 1984

1976-1986: medidas para concretizar estratégia de *reconhecimento, igualdade e integração das comunidades portuguesas* nos primeiros anos do Portugal Democrático:

1. Extinção do passaporte de emigrante. Substituição por passaporte ordinário, normalizando a documentação e o direito de sair e regressar a Portugal;
2. Lei n.º 69/78 de 3 novembro: são criados dois círculos eleitorais de representação dos portugueses emigrados: 1) Europa; 2) Resto do Mundo. Cada ciclo elegia 2 deputados para a Assembleia da República com votos de emigrantes portugueses recenseados em Consulados PT;
3. Criação do Congresso das Comunidades Portuguesas (1979), composto por delegados eleitos a partir de associações existentes na diáspora.
4. 10 de junho a partir de 1977 é Dia de Portugal, de Camões e das *Comunidades Portuguesas*.

## Fase 1: Ciclo do Reconhecimento, Igualdade e Integração Social

**João Vieira de Lima** (PS) – 1976-1978: primeiro a enquadrar a emigração portuguesa no plano multilateral, nas Nações Unidas, no Conselho da Europa e sobretudo na CEE – Comunidade Económica Europeia (p.63).

**Mário Neves** (sem filiação, governo de M<sup>a</sup> Lurdes Pintassilgo) – 1979: introduz ideia inovadora relativa ao biculturalismo resultante da emigração dos portugueses e da sua relação com os países de destino (p.65).

**M<sup>a</sup> Manuela Aguiar** (PSD) – 1980-1981 + 1983-1987

1) 1980-1981. Aliança Democrática (PSD, CDS, PPM e Reformadores).

- 1980: criação do Conselho das Comunidades Portuguesas como órgão consultivo do governo (p.73)
- Primeiro governo com capítulo consagrado à “Emigração e Comunidades no Mundo” no quadro específico da política externa (p. 67)
- Criação do Instituto de Apoio à Emigração e Comunidades Portuguesas (ex-Instituto de Emigração)
- Conclui-se que viviam fora de Portugal ¼ dos seus cidadãos e que as comunidades portuguesas são um dos “principais fatores de desenvolvimento e transformação da sociedade portuguesa”.

2) 1983-1985. Muitas das ideias originais da Política das Comunidades estão ligadas a esta SE mas, por razões conjunturais, quer estruturais (económicas), estas ideias não têm o necessário suporte político-institucional.

3) 1985-1987: com a adesão à CEE os emigrantes ganham estatuto de cidadãos europeus nesse espaço.



Nome	Secretaria de Estado	Mandato	Governo	Primeiro-Ministro
Manuel Correia de Jesus	SE das Comunidades Portuguesas	18-08-1987 a 31-10-1991	XI Governo Constitucional	Aníbal Cavaco Silva
Manuel Correia de Jesus	SE das Comunidades Portuguesas	05-11-1991 a 12-11-1992	XII Governo Constitucional	Aníbal Cavaco Silva
Luís de Sousa Macedo	SE das Comunidades Portuguesas	12-11-1992 a 28-10-1995	XII Governo Constitucional	Aníbal Cavaco Silva
José Lello	SE das Comunidades Portuguesas	30-10-1995 a 25-10-1999	XIII Governo Constitucional	António Guterres
José Lello	SE das Comunidades Portuguesas	28-10-1999 a 18-12-2000	XIV Governo Constitucional	António Guterres
João Rui Almeida	SE das Comunidades Portuguesas	18-12-2000 a 06-04-2002	XIV Governo Constitucional	António Guterres
José Cesário	SE da Emigração e das Comunidades Portuguesas	08-04-2002 a 17-07-2004	XV Governo Constitucional	José Durão Barroso
Carlos Gonçalves	SE da Emigração e das Comunidades Portuguesas	21-07-2004 a 12-03-2005	XVI Governo Constitucional	Pedro Santana Lopes
António Braga	SE da Emigração e das Comunidades Portuguesas	14-03-2005 a 26-10-2009	XVII Governo Constitucional	José Sócrates
António Braga	SE da Emigração e das Comunidades Portuguesas	26-10-2009 a 21-06-2011	XVIII Governo Constitucional	José Sócrates

## Secretários de Estado (1987-2011)

### Fase 2: Ciclo da Europeização, Reencontro e Modernização Institucional

Autora e Teixeira e Mendes, 2020: 207

## Fase 2: Ciclo da Europeização, Reencontro e Modernização Institucional

### **Manuel Correia de Jesus (1987-1992):**

- Portugal passa a ser pensado como uma “Pátria das Comunidades” com “profunda mudança de mentalidades”
- Os serviços consulares passam para a tutela da Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas
- Surge a Comissão Interministerial para a Emigração e Comunidades Portuguesas (CIEP) para assegurar cooperação permanente entre departamentos governamentais para transversalidade de medidas para as Comunidades
- Reformula-se o CCP – Conselho das Comunidades Portuguesas:
  - O que não funcionava: a base exclusiva nas associações gerou distorções demográficas na sua representatividade. O n.º de associações aumentou apenas para obter subsídios do Estado e ter acesso a lugares no CCP
  - Novidade: Decreto-Lei n.º 101/90 para dotar CCP de mais rigor representativo e eficácia na reunião.
- As Comunidades Portuguesas são agora a expressão da identidade ecuménica da política externa portuguesa – elemento estruturante e não apenas estrutural de Portugal (10+4 milhões).
- 1992: Presidência Portuguesa da UE: Tratado da União Europeia, Acordo para o Espaço Económico Europeu.

## Fase 2: Ciclo da Europeização, Reencontro e Modernização Institucional

### **Luís Sousa de Macedo (1992-1995):**

- 1991: criação da Confederação Mundial dos Empresários das Comunidades Portuguesas
- Criação de banco de dados sobre realidade empresarial das comunidades portuguesas
- Lançamento da RTP Internacional

Teixeira e Mendes, 2020: 93-99



### **José Lello (1995-2000):**

- Assumem-se as três dimensões tradicionais prioritárias: europeia, transatlântica e africana.
- Ressurgimento do Conselho das Comunidades Portuguesas (CCP) pela Lei n.º 48/96 de 4 de setembro.
- Aprovar um Programa Quadro de Formação e Qualificação para os Portugueses Migrantes 1996-1999.
- Surge o Apoio Social a Idosos Carenciados (ASIC).
- 2000: Presidência Portuguesa da UE: adoção da Estratégia de Lisboa; I Cimeira UE-África; Acordo de Cotonou entre países de África, Caraíbas e Pacífico (ACP) e UE.

Teixeira e Mendes, 2020: 100-104

## Fase 2: Ciclo da Europeização, Reencontro e Modernização Institucional

### António Braga (2005-2011):

2005-2009:

- Política Externa do XVII Governo, ponto 7: “Valorização das Comunidades Portuguesas”.
- Política externa “demonstram a sua crescente sofisticação, nomeadamente nas dimensões do multilateralismo, cooperação, internacionalização e diplomacia económica”.
- Redefine-se o modelo do CCP – Conselho das Comunidades Portuguesas.
- 2007: Presidência de Portugal no Conselho da UE
  - Tratado de Lisboa; I Cimeira UE-Brasil; II Cimeira UE-África
  - Portugal Democrático Europeu e Desenvolvido (DED) com dimensão extraeuropeia: atlântica, africana, mediterrânica e asiática.

2009-2011:

- A proposta do Governo é transformar os consulados em “verdadeiras lojas do cidadão”.
- Estratégias e medidas ligadas à promoção da produção intelectual e artística da Diáspora.
- Intercâmbio entre portugueses residentes e não residentes.
- Governo lança programas *Talentos* e *Lusavox*.
- É criado o programa *Netinvest* que pretendia ser “pilar do desenvolvimento das relações com empresários portugueses no estrangeiro”.

Teixeira e Mendes, 2020: 114-125



## Fase 2: Ciclo da Europeização, Reencontro e Modernização Institucional

### Programa Talentos

---

- Concurso instituído pela Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, através da Direção Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas (DGACCP)
- Pretendia distinguir os portugueses e lusodescendentes residentes no estrangeiro que se haviam destacado no exercício de atividades em diversos sectores da vida social
- Aos vencedores eram atribuídos prémios, entregues em cerimónia pública, em categorias como Associativismo, Ciência e Comunicação Social, Artes Visuais, Artes do Espetáculo (cinema, teatro, música e interpretação), Desporto, Divulgação da Língua Portuguesa, Meio Empresarial, Humanidades, Literatura, Política e Profissões Liberais.
- *Gala dos Prémios Talento*, no Convento do Beato (Lisboa), com transmissão direta na RTP1, RTPi e pela RDP. Cerimónia recheada de artistas nacionais.

**António Braga  
(2005-2011)**



## Fase 2: Ciclo da Europeização, Reencontro e Modernização Institucional

### Programa Lusavox

- Iniciativa da Secretaria de Estado das Comunidades, em conjunto com o portal Sapo, Valentim de Carvalho, RDP e RTP
- Dar a conhecer o talento musical que existia nas comunidades portuguesas
- Reforçar os elos identitários portugueses na diáspora

Exemplo: 02/08/2008: na Casa da Música, no Porto. A RTP transmitiu o concurso

- Cerca de 30 jovens portugueses e luso-descendentes residentes no estrangeiro inscreveram-se na segunda edição.
- Cerimónia pretendia descobrir talentos musicais e, neste ano, foi alargada a áreas como a escrita e a pintura.

**António Braga**  
**(2005-2011)**



## Fase 2: Ciclo da Europeização, Reencontro e Modernização Institucional



### **José Cesário (2002-2015):**

1) 2002-2004: MNE passa a chamar-se Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, mas, na prática, as Comunidades pouco beneficiaram.

2) 2011-2015: período de crise económica e intervenção da Troika (FMI, Comissão Europeia e Banco Central Europeu)

- Diplomacia económica: apoiar exportações, atração de IDE e internacionalização da economia
- Relançar a “Marca Portugal” enquanto símbolo de qualidade, das empresas, marcas e produtos portugueses no exterior.
- Discurso político de apologia à emigração, criando precedente inédito.
- Fomentar e reforçar parcerias entre empresários portugueses residentes e não residentes.
- Promover a ação das câmaras de comércio portuguesas
- Constituir uma rede política das elites das comunidades.
- 2012: foi criado o Conselho da Diáspora Portuguesa.

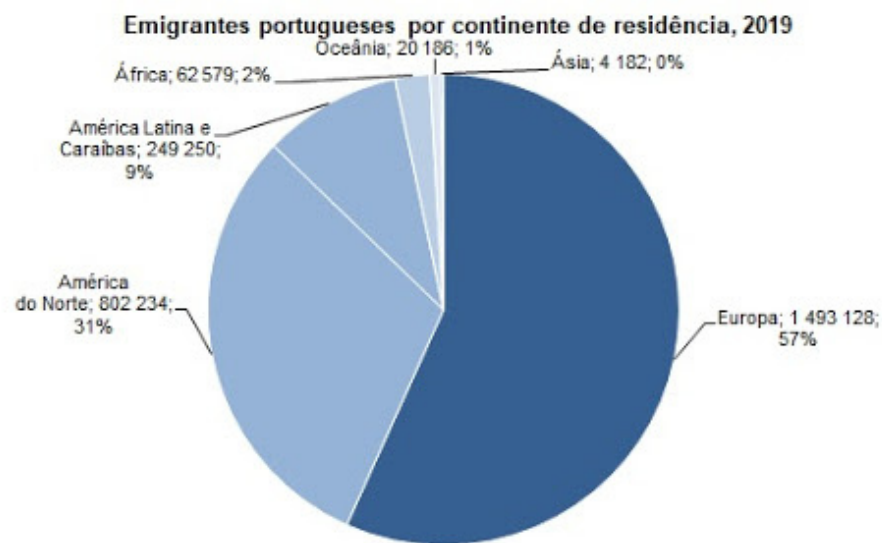
Teixeira e Mendes, 2020: 110-112 + 125-130

## Fase 3: Ciclo da Valorização, Capacitação e Institucionalização Pública das Comunidades

### Secretários de Estado (2011-2020)

Autora e Teixeira e Mendes, 2020: 207

Nome	Secretaria de Estado	Mandato	Governo	Primeiro-Ministro
José Cesário	SE das Comunidades Portuguesas	28-06-2011 a 30-10-2015	XIX Governo Constitucional	Pedro Passos Coelho
José Cesário	SE das Comunidades Portuguesas	30-10-2015 a 26-11-2015	XX Governo Constitucional	Pedro Passos Coelho
José Luís Carneiro	SE das Comunidades Portuguesas	26-11-2015 a 26-10-2019	XXI Governo Constitucional	António Costa
Berta Nunes	SE das Comunidades Portuguesas	26-10-2019 (em curso)	XXII Governo Constitucional	António Costa



Fonte: Gráfico elaborado pelo Observatório da Emigração, estimativas das Nações Unidas.



## Fase 3: Ciclo da Valorização, Capacitação e Institucionalização Pública das Comunidades

### José Luís Carneiro (2015-2019):

- Prioridades para a política das Comunidades:
  1. Modernização dos apoios consulares (criar e-Balcão)
  2. Medidas que melhorem a qualidade e difusão do ensino do Português no estrangeiro
  3. Novas regras de apoio ao movimento associativo da diáspora
  4. Lançamento dos Gabinetes de Apoio ao Emigrante (GAE)
  5. Mais diálogo com os representantes das Comunidades.
- Lei 47/2018, de 13 de agosto para aumentar eleitores recenseados.
  - Recenseamento eleitoral automático introduzido em agosto de 2018.
- Programa Regressar
- Programa “Estudar e Investigar em Portugal” e Portal *Study and Research in Portugal*
- PEM: Plano Estratégico para as Migrações 2015-2020
- GARE: Gabinete de Apoio ao Regresso Emigrante, estrutura criada pelo Alto Comissariado para as Migrações para monitorizar PEM.



Teixeira e Mendes, 2020: 131-151

## Fase 3: Ciclo da Valorização, Capacitação e Institucionalização Pública das Comunidades

- Novo Modelo de Gestão Consular
  - Centros de Atendimento Consular
  - eCônsul e novo Sistema de Gestão Consular (eSGC)
  - Centro de Gestão de Crises
  - App Registo Viajante
  - eVisa e nova Rede de Pedidos de Visto (eRPV)
- Programa Nacional de Apoio ao Investimento da Diáspora (PNAID)
- Interligação entre a rede pública de ação externa das comunidades e iniciativas da sociedade civil
  - Conselho das Comunidades Portuguesas
  - Apoio ao Movimento Associativo
- Rede EPE – Ensino de Português no Estrangeiro
- Prémio Literário Imprensa Nacional/ Ferreira de Castro (dirigido à diáspora portuguesa na sua 2ª edição)
- Criação de uma rede de espaços de memória da emigração em Portugal e nas comunidades
- Protocolo de Cooperação entre o MNE/SECP e a INCM para potenciar o conhecimento e valorização das Comunidades Portuguesas no estrangeiro.





**Muito obrigada.**

**Maria Sousa Galito, setembro 2021**